

ANC p5

Aluiz X

PMDB aceitou em convenção proposta de fazer prévia

BRASÍLIA — O projeto de Constituição aprovado pela Comissão de Sistematização permite que os partidos realizem prévias, mas no PMDB existe uma proposta de consulta às bases, feita pelo deputado Oswaldo Macedo (PR) e encaminhada ao presidente do partido, deputado Ulysses Guimarães.

A última convenção nacional do PMDB aprovou moção da autoria de Macedo, propondo que os candidatos que disputarem eleições majoritárias sejam indicados pelos filiados ao partido através de prévias. A proposta foi entregue pessoalmente pelo deputado paranaense a Ulysses, no dia 17 de agosto passado.

“Iso ficou em banho-maria”, admitiu o secretário genl do PMDB, deputado Milton Reis (MG). A aprovação do artigo 19 do projeto da Constituição, no entanto, dispensaria a decisão de Ulysses e estenderia as prévias a todos os partidos.

O artigo 19 nasceu ainda na fase das subcomissões da Constituinte. Na época, o líder do PMDB, senador Mário Covas, propôs e teve aceita emenda que previa, explicitamente, a realização de prévias nos partidos. O atual ministro da Habitação, Prisco Viana, na época em exercício do mandato de

deputado, era relator da comissão que tratou do tema e disse que Covas defendia “as prévias em proveito próprio”. Na redação do relator Bernardo Cabral o tema terminaria embutido no artigo 19, que permite aos partidos reformar seus estatutos.

Covas adverte — Covas, ontem, falou sobre as prévias: “De minha parte não há nenhuma novidade nessa proposta. No dia em que conversei com o Quéricia, abrindo mão da disputa pelo governo de São Paulo, firmamos um compromisso em torno disso, embora eu deva dizer, por justiça a ele, que o Quéricia tinha suas objeções à idéia.”

Para Covas as prévias “democratizam a escolha e dão densidade política ao candidato escolhido”. O líder do PMDB, porém, advertiu: “Espero que o PMDB tenha juízo e não proponha nomes agora. Eu mesmo não falei em prévias agora, falo há muito tempo. O momento é de Constituinte. O momento oportuno para as prévias está longe, seria na escolha dos candidatos”.



Covas

Escolha de mil ou de 2 milhões

O PMDB tem duas alternativas para escolher seu candidato à Presidência da República. A primeira é a via tradicional e legal, da indicação pela Convenção Nacional — na qual votam cerca de mil pessoas — e a segunda, a da consulta às bases, também chamada de prévia ou eleição primária — nessa modalidade, o número de votantes chega a dois milhões.

As posições e preferências das bases nem sempre se refletem nas convenções, pois estas são controladas por grupos. Um exemplo: em Recife, o então deputado Sérgio Murilo tinha o controle da Convenção Municipal e Jarbas Vasconcellos dos diretórios zonais. Diante desse impasse, Jarbas Vasconcellos deixou o partido para disputar a eleição para prefeito pelo PSB e depois de ganhá-la voltou ao PMDB, porque tinha o controle das bases.

O órgão máximo de um partido é a Convenção Nacional, composta pelos 121 integrantes do Diretório Nacional, de seus representantes no Congresso Nacional e de delegados cujo número é sempre o dobro de sua representação no Congresso.

Delegados — Os delegados são escolhidos dentro num processo que envolve toda a estrutura partidária: a Convenção Municipal se reúne para eleger o Diretório Municipal e seus delegados à Convenção Regional. Os delegados à Convenção Regional, por sua vez, elegem o Diretório Regional e os delegados à Convenção Nacional.

Os delegados podem ser controlados por lideranças políticas municipais, que, na maioria dos casos,

também seguem a orientação de grupos ou lideranças regionais. O governador de São Paulo, Orestes Quéricia, por exemplo, controla a convenção de seu estado porque tem a maioria dos chefes políticos municipais.

As convenções municipais do PMDB deveriam ter sido realizadas em julho deste ano. Mas, pelo fato de coincidirem com o funcionamento da Constituinte, o que provocaria seu esvaziamento, foram adiadas para 31 de janeiro próximo. Como a Constituinte não deverá terminar seus trabalhos até essa data, ela serão novamente adiadas para março.

Isso motivará o adiamento das convenções regionais, marcadas inicialmente para 26 de janeiro de 88 e adiadas para 20 de março. Sua realização deverá ocorrer em abril, mês em que está marcada a realização da Convenção Nacional (dia 17). Assim, esta será empurrada para maio. Em todas elas haverá renovação de delegados e diretórios e eleições de novos presidentes. A Executiva do PMDB deverá reunir-se na próxima semana para examinar os pedidos de novo adiamento das convenções.

É difícil aferir o número exato de filiados do PMDB, mas ele está sendo calculado em cerca de dois milhões. Para chegar a esse número, o deputado Milton Reis partiu da posição de Minas (300 mil filiados dentre oito milhões de eleitores) e a projetou para o número de eleitores do país (cerca de 65 milhões) e para a média de filiados por diretório municipal (o partido tem diretórios em praticamente todos os quatro mil municípios).

‘Centrão’ não recua e proposta ainda ameaça regimento

Até o início da noite de ontem, o Centrão e a mesa da Constituinte estavam no mesmo impasse que tem marcado suas negociações para uma drástica reforma do regimento da Constituinte. “Vamos votar o projeto de Constituição”, foi a palavra de ordem estabelecida pelo deputado Ulysses Guimarães, ao receber numa solenidade o projeto aprovado na comissão de Sistematização. “Antes de ir para o voto, temos que alterar o regimento”, foi o recado mandado por Roberto Cardoso Alves, um dos líderes dos conservadores.

Desde as 9h00 da manhã, o deputado Ulysses Guimarães estava entregue a uma negociação para fazer o grupo ceder em suas exigências, a principal delas permitir que com 280 assinaturas se possa destacar artigos do projeto já votado na Comissão de Sistematização e modificá-los se seus defensores não conseguirem também reunir 280 votos. Como está no regimento, há necessidade de 280 votos para alterar qualquer artigo aprovado pela Sistematização.

Retrocesso — Às 11h chegaram à casa de Ulysses Guimarães os principais integrantes do Centrão, à exceção de Carlos Sant’Anna que, alegou sua condição de líder do governo, preferiu se preservar. Nessa nova reunião, o presidente da Constituinte avisou inicialmente que seu maior intento é fazer com que as votações da Constituinte sejam democráticas, “sem favorecimento de qualquer grupo ou facção”.

O deputado Gastone Righi o apartou para dizer que a proposta do Centrão não significava retrocesso: “A matéria destacada tem que ser submetida a plenário e só deve se incorporar ao texto constitucional se tiver 280 votos positivos”. Depois de uma hora de discussão, Ulysses Guimarães prometeu conversar com o senador Mário Covas par encontrar uma solução. À noite, pouco antes de Ulysses Guimarães partir para uma nova reunião com a mesa da Assembléia, Covas deu sua resposta: “Se Ulysses Guimarães disse vamos votar, disse tudo. Eu quero ver o Centrão pôr 280 votos em plenário”.

O grupo fará sua estréia oficial hoje, em plenário, mas corre o risco de não sustentar no voto o número de assinaturas que recolheu em documentos. Contra os 319 parlamentares que subscreveram o manifesto do grupo, um ensaio-geral realizado ontem no auditório Nereu Ramos para traçar a estratégia de ação do bloco em plenário, reuniu menos de 150 deputados e senadores.

“Se a votação fosse hoje (ontem) não teríamos os 280 votos necessários”, admitiu o líder do PDS e um dos chefes do Centrão, deputado Amaral Netto, ao colega Expedito Machado. Aliás, a “síndrome da ausência” norteou a reunião oficial do grupo na tarde de ontem. “Além de sermos derrotados, vamos sair humilhados se não conseguirmos colocar pelo menos 280 votos”, declarou Amaral.

Mas já algumas opiniões discordantes. Nelson Sabrá (PFL-RJ), por exemplo, alertou os colegas: “Quero avisar que não assinarei propostas que firam os meus princípios”. O mineiro Bonifácio de Andrade (PDS-MG) ameaçou dividir de vez, “caso o tom não me agrade”. Andradinha interpelava o deputado Alvaro Vale (PL-RJ), que da tribuna criticava o capítulo do projeto que estabelece as regras para o parlamentarismo.



“Vamos elaborar logo a Constituição do Brasil. Não há obra neste país que se possa fazer mais importante do que esta. Esta é uma obra que vai transcender a tudo. É muito mais importante que a eleição para a Presidência da República”. Com essas palavras, o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, recebeu do relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral, em uma curta solenidade, o projeto que irá à votação do plenário da Constituinte, no começo do mês de dezembro. “Este é

um documento que eu assinaria, certo de que oitenta por cento do que aqui está representa o instrumento que fará a justiça social deste país”, acrescentou. Ulysses defendeu a Comissão de Sistematização, lembrando que os trabalhos parlamentares nunca prescindiram de uma comissão que intermediasse a votação em plenário. Na solenidade de entrega do projeto, Ulysses foi saudado por um discurso do vice-presidente da Comissão de Sistematização, Aluizio Campos (a seu lado, na foto), e recebeu os cumprimentos do deputado Bernardo Cabral.

Medo de um novo ‘milagre’

O ex-ministro dos governos Costa e Silva, Médici e Figueiredo e hoje deputado Delfim Netto (PDS-SP) conversava com um repórter em um dos corredores da Câmara, depois da reunião do Centrão, quando foi interpelado pelo ex-guerrilheiro, hoje deputado, José Genoíno (PT-SP).

— Aí, Delfim, tanto tempo no poder e agora quer votar direto no plenário.

— Você vai ver que somos grandes democratas — respondeu o ex-ministro.

Genoíno, que foi preso na guerrilha do Araguaia e torturado durante o regime militar, respondeu:

— Da democracia de vocês eu já experimentei, e não gostei.

— Mas até que você está bem. Foi até bem alimentado.

— Mas preso. Na cadeia - disse Genoíno, que, vendo passar outro

integrante do Centrão, o deputado Expedito Machado (PMDB-CE), chamou-o para a conversa:

— E você, Expedito, quem diria. Eu ia atrás de você nos sindicatos, para ouvir os teus discursos de esquerda, e hoje você é um dos maiores expoentes da direita. Delfim tomou a defesa de Expedito:

— A direita é a salvação deste país. G país é o que é hoje graças a nós.

— Quer dizer que botaram Deus no preâmbulo da Constituição para ver se ele faz outro milagre daqueles? - retrucou Genoíno, referindo-se ao milagre econômico que Delfim comandou como ministro da Fazenda no governo Médici. E, virando-se para os jornalistas que cercavam o grupo:

— Eu vou tentar tirar Deus do preâmbulo. Outro milagre daqueles e nós estamos ferrados.